

A Democratização do Acesso ao Conhecimento na Universidade Federal do Tocantins por meio do Repositório Institucional

Edson de Sousa Oliveira¹
Francisco Gilson R. Porto Junior²
Sinomar Soares de Carvalho Silva³

RESUMO

Este trabalho discute o projeto de criação e implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins, RIUFT. O objetivo é agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e divulgar a produção científica e acadêmica da UFT com vistas à gestão da informação, aumentando a visibilidade e o prestígio da instituição em âmbito nacional e internacional. Busca disponibilizar à comunidade universitária um espaço para armazenar e preservar a informação produzida na Instituição e ao mesmo tempo promover a transparência dos gastos públicos e apoio às atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico no âmbito da UFT. A implantação do RIUFT será mediante adesão ao edital do Ibict, e será desenvolvido em duas fases: planejamento e implementação. Este estudo aborda também um histórico das ações implantadas pelo Ibict em prol do movimento de acesso livre ao conhecimento científico, bem como uma breve revisão de literatura sobre a sociedade do conhecimento e as tecnologias de informação e comunicação. Como técnica de pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória. O método de coleta de dados adotado foi a partir de informações fornecidas pela universidade e seus programas de pós-graduação.

Palavras-chave: Repositório Institucional; Comunicação científica; Acesso aberto.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, as universidades têm sido reconhecidas como espaços de produção e transferência de conhecimento científico por excelência. Embora seja possível encontrar na literatura especializada estudos sobre gestão do conhecimento científico (GCC) no âmbito de universidades ou

1 Mestre em Comunicação e Sociedade do Programa de Pós-graduação Mestrado em Comunicação e Sociedade – PPGCom/UFT, Palmas, Tocantins e graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: biblioedson@gmail.com

Doutor em Educação e professor do Programa de Pós-graduação Mestrado em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: gilsonportouft@gmail.com

2 Mestre em Comunicação e Sociedade do Programa de Pós-graduação Mestrado em Comunicação e Sociedade – PPGCom/UFT, Palmas, Tocantins e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: sinomaruff@gmail.com

no contexto acadêmico, esses estudos, na maioria das vezes, lidam com o conhecimento científico sob o ponto de vista do desenvolvimento de tecnologias de informação ou então na mesma perspectiva do conhecimento organizacional.

Entretanto, a natureza do conhecimento científico é peculiar, bem como o ambiente no qual se dão os processos de sua criação, compartilhamento e uso. Além do mais, os estudos que, tradicionalmente, abordam a gestão do conhecimento nem sempre levam em consideração a estrutura comunicacional existente, por meio da qual o conhecimento é produzido e comunicado. Recentemente cresceram as iniciativas sobre a gestão do conhecimento científico resultante de atividades de ensino, pesquisa e extensão no ambiente acadêmico. Porém, ainda raras as que levam em consideração o sistema de comunicação científica.

Dentre as funções das universidades, de um modo geral, giram em torno da produção de conhecimento científico, sendo a sua comunicação processo fundamental para o ensino e a pesquisa. Por outro lado, as aplicações de ferramentas e mecanismos de gestão do conhecimento contemplam geralmente a criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação de conhecimento, atividades que se tornam viáveis a partir do processo de comunicação.

Contudo, para a sua disseminação e uso otimizado, o conhecimento científico necessita, além do sistema de comunicação, de mecanismos que garantam a efetivação desses processos. É necessário o desenvolvimento e aplicação de mecanismos que sejam capazes de auxiliar a gestão do conhecimento – GCC. As atividades e iniciativas nesse sentido, portanto, não podem prescindir da comunicação científica, visto que, como argumenta Meadows (1999), a comunicação reside no coração da ciência, sendo tão vital quanto à própria pesquisa.

Atualmente se discute como as instituições disponibilizarão a produção acadêmica, como disseminá-la, qual a melhor forma de preservá-la, visando o seu acesso e a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação. Alguns problemas encontrados demonstram que parte da informação produzida nas universidades não está disponível para a comunidade acadêmica da

própria instituição. Isso ocorre em função de vários fatores como: falta de espaço físico, os custos dos documentos, a carência de funcionários, a pressão de editores e das editoras por exclusividade, entre outros. Tendo em vista esses problemas internos e externos, como inserir a UFT no contexto do movimento do acesso livre às publicações da sua comunidade acadêmica e de suas pesquisas? Considerando esta questão, o artigo tem como objetivo discutir o projeto de criação e implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins, RIUFT.

A implantação do RIUFT com a missão de agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e disseminar a informação produzida na UFT, contribuindo para a evolução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e potencializando a visibilidade de sua produção técnico-científica. Em consonância com a missão institucional no processo de formação de profissionais cidadãos e produção e divulgação de conhecimentos com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

Visando ampliar e divulgar os resultados das pesquisas científicas nas Universidades, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por meio da Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, instituiu a obrigatoriedade da divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos no país. Este instrumento faz com que as Bibliotecas Universitárias implantem a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), como um dos primeiros passos para tornar acessível sua produção científica diante do contexto atual de geração e visibilidade de conhecimentos, a busca de financiamentos e a transparência dos recursos públicos investidos em pesquisa e pós-graduação.

CONTEXTUALIZANDO OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Visando abordar a perspectiva dos Repositórios Institucionais, bem como o gerenciamento e acesso à informação acadêmica, cabe expor a evolução da chamada sociedade da informação ou sociedade do conhecimento e como é

definida atualmente. A partir daí, dar enfoque ao papel das universidades inseridas nesse contexto. Para Silva (2007, p. 2), a sociedade de informação é aquela onde se faz uso das tecnologias de informação e comunicação para fazer a troca de informação digital entre indivíduos e assegurar a comunicação entre estes.

Para Castells (1999) que define a sociedade atual como uma 'sociedade em rede', na qual as estruturas, funções e processos dominantes estão organizados em torno de nós ou ligações, constituindo a nova morfologia social de nossa sociedade. A difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Segundo Santos (2002), o nosso tempo é um tempo paradoxal. Tempo de grandes avanços e transformações dramáticas, designadas por revolução da informação e da comunicação, revolução eletrônica, revolução da genética e da biotecnologia. Nesse discurso, vale mencionar Giddens (1999) para quem a revolução das comunicações e a difusão da tecnologia da informação estão profundamente ligadas a processos de globalização. Essa globalização segundo ele, afeta vários aspectos da sociedade.

A partir da globalização e a introdução em grande escala das tecnologias de comunicação e informação, foi gerada uma demanda para o uso da Web para a disseminação dos resultados de pesquisas. Isso é confirmado por Lynch (2003), o qual diz que algo extraordinário ocorreu na revolução contínua da informação em rede, mudando a dinâmica entre inovação individualmente orientada, o progresso institucional, e da evolução das práticas disciplinares acadêmicas. O autor ainda ressalta que o desenvolvimento de repositórios institucionais surge como uma nova estratégia que permitiu às universidades assumir o papel de editoras, modernizando os processos de publicação e divulgando a produção acadêmica em conteúdo digital.

As universidades e as bibliotecas têm um papel essencial nas transformações científicas e tecnológicas no mundo. Segundo Costa e Leite (2009), uma das principais contribuições de repositórios institucionais para as bibliotecas de pesquisa é, certamente, a melhoria do seu status no seio da comunidade acadêmica, além de aumentar significativamente a parceria dos bibliotecários com os pesquisadores.

Com isso, buscam-se alternativas viáveis para gerenciar e tornar essa informação disponível. Foi então que surgiram modelos alternativos para comunicação científica, tais como repositórios institucionais e temáticos, periódicos de acesso aberto, constituindo hoje o Movimento pelo Acesso Aberto à Informação Científica (LEITE, 2009).

Desde 2004, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) vem trabalhando na sensibilização da comunidade científica quanto à importância do acesso livre ao conhecimento científico. O lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica em 2005 é o primeiro desdobramento político no Brasil de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

No Brasil, o acesso livre ainda enfrenta muitas barreiras, pois o sistema de comunicação científica tradicional limita, mais do que expande, a disponibilidade e legibilidade da maior parte da pesquisa científica ao mesmo tempo em que obscurece suas origens institucionais (JOHNSON, 2002).

Dessa forma, não basta apenas publicar, os trabalhos científicos precisam ser divulgados de maneira eficiente para que possam ser utilizados e citados, promovendo a troca de conhecimento (MACIAS-CHAPULA, 1998). O acesso à informação técnico-científica se torna fundamental para o desenvolvimento da ciência, pois permite maior visibilidade e disseminação da produção científica brasileira.

As iniciativas relacionadas ao acesso livre promovem maior visibilidade das pesquisas, intensificação do uso e impacto destas, intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros e seus pares internacionais, governança no investimento em ciência, bem como transparência desses investimentos (KURAMOTO, 2010).

No contexto governamental, nas universidades e órgãos de pesquisas públicas, onde existe a captação de recursos pelas agências de fomento, o foco é o acesso à informação como promoção da transparência dos gastos públicos. Estes órgãos necessitam rastrear os resultados de seus investimentos em projetos e programas de pesquisa (LEITE, 2009). Dessa forma, as pesquisas financiadas com recursos públicos devem estar publicamente acessíveis.

Existem meios controladores e fiscalizadores por parte das instituições de pesquisa e agências de fomento, visando à divulgação das pesquisas produzidas pelas universidades e institutos de pesquisas. A Capes, desde 2006, por meio da Portaria nº 13, que em seu Art. 1º diz Para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso. Institui a divulgação digital das teses e dissertações para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento dos programas de mestrado e doutorado. Em seu Art. 5º a portaria, diz que o financiamento de trabalho com verba pública, sob forma de bolsa de estudo ou auxílio de qualquer natureza concedido ao programa, induz à obrigação do mestre ou doutor ectores -lo à sociedade que custeou a realização.

Nesse contexto, as instituições públicas estão buscando criar seus repositórios para além de promover o acesso, o armazenamento e a divulgação das informações produzidas em seu âmbito institucional, dar transparência aos investimentos feitos em pesquisa. Além disso, uma das finalidades dos repositórios institucionais de produção científica é que eles sirvam como indicadores da qualidade da instituição, pois a publicação dos trabalhos dos pesquisadores reflete de forma positiva para a universidade, trazendo assim mais financiamentos para a instituição e conseqüentemente a expansão da pós-graduação.

Adotamos para este trabalho a seguinte definição de Repositório Institucional:

[...] um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição. (LYNCH, 2003, p. 2)

O Ict, em 2008, lançou um edital para distribuir às universidades e às instituições de pesquisa públicas, kits tecnológicos para implantação de repositórios, que a Universidade Federal do Tocantins foi contemplada. Essa ação é aderente

ao que determina o PL 1120/2007 em tramitação na Câmara dos Deputados, que determina as ações de adoção da política e dos repositórios institucionais, e que se tornarão obrigatórias na medida em que esse projeto de lei venha a ser aprovado. No Art. 1º. § 4º deste projeto, diz que toda a produção científica resultado de pesquisas que receberam apoio financeiro proveniente do governo federal, estadual e municipal, deverão disponibilizar suas pesquisas a toda sociedade.

Em especial, com a criação dessa rede de repositórios institucionais, abre a possibilidade de obtenção de indicadores que orientem os rumos da ciência e tecnologia no país, promovendo maior transparência e governança nos investimentos em pesquisa científica e mostrando à sociedade brasileira o produto advindo dos impostos e taxas pagas por ela (ROLLEMBERG, 2011). Além disso, com a gestão do repositório, é possível fazer um mapeamento do conhecimento no ambiente acadêmico e responder quem pesquisa o que? E em que programa e área do conhecimento?

No Brasil, as iniciativas relacionadas à divulgação da comunicação científica surgiram com o Ibict. Com a criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações pelo Ibict, são coletados diariamente metadados das teses e dissertações das universidades de todo país. No entanto, segundo Kuramoto (2010), ainda não se conseguiu dominar a interoperabilidade humana. A meta do Ibict é desenvolver uma rede de repositórios semelhante à BDTD, mas que considere o depósito, arquivo, preservação e disseminação de outras produções científicas para além das teses e dissertações. Atualmente, por iniciativa do Ibict, foi criado o portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto – oasisbr é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Por meio do oasisbr é possível também realizar buscas em fontes de informação portuguesas.

A partir daí, por intermédio do uso de padrões como a Iniciativa dos Arquivos Abertos – Open Archives Initiative (OAI-PMH) e o Dublin Core, o Ibict teve condições técnicas para propor em 2005 o desenvolvimento de um novo projeto, que foi submetido à Finep. Esse projeto denominou-se Portal de Publicação Seriada de Acesso Livre

(PCAL). Os propósitos principais desse projeto de acordo com Kuramoto (2010, p. 64) são o de registrar e disseminar a produção científica brasileira, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de um portal que integrasse o conteúdo das publicações seriadas eletrônicas, assim como os conteúdos dos repositórios brasileiros.

Para que se tenha sucesso na implantação de repositórios ressaltam que as experiências bem sucedidas têm mostrado que dois pontos são fundamentais:

grande empenho e conhecimento profundo das questões envolvidas com o tema acesso aberto, por parte dos stakeholders das iniciativas. Políticas de acesso aberto, políticas de funcionamento de repositórios, política de depósito compulsório, modelo open archives, direitos autorais, modelos de negócios e sustentabilidade, preservação digital, hábitos de comunicação e padrões de comportamento informacional da comunidade, são algumas das questões importantes que não se pode negligenciar. (COSTA e LEITE, 2009, p. 180)

Passados alguns anos, vemos várias iniciativas e experiências quanto a criação de repositórios institucionais. Nesse cenário, uma das pioneiras foi a Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, no ano de 2007, deu início a implantação do seu repositório, apoiada pelo Ibict. A Universidade do Minho em Portugal, primeira instituição de língua portuguesa a instalar um repositório, serviu de modelo para o projeto da UFBA (ROSA; MEIRELHES; PALACIOS, 2011). Dessa forma, esse projeto em fase de implantação e desenvolvimento na UFT, que possui atualmente 65 cursos de graduação presencial e a distância, 34 programas de pós-graduação e mais de 19.000 alunos graduação e pós-graduação, vem contribuir muito para a disseminação, armazenamento e acesso ao conhecimento científico da sociedade.

APORTES METODOLÓGICOS

Segundo Yin (2001, p. 22), o estudo de caso é a pesquisa preferida quando predominam questões dos tipos “como?” e “por quê?”, ou quando o pesquisador detém pouco controle sobre os eventos e ainda quando o foco se concentra em fenômenos da vida real. Então, este trabalho é um estudo de caso desenvolvido no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), uma instituição

de ensino superior federal com pouco mais de doze anos de implantação e que aos poucos se consolida como referência acadêmica no Tocantins e na região norte.

Este artigo discute o projeto de criação e implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins, RIUFT. A finalidade do repositório é agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e disseminar a informação científica produzida na instituição com vistas à gestão da informação científica, aumentando assim a visibilidade e o prestígio da universidade em âmbito nacional e internacional. Busca otimizar a gestão de investimentos em pesquisa na universidade, na promoção da transparência dos gastos públicos e apoio às atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico.

Como técnica de pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória. O método de coleta de dados adotado foi a partir de informações fornecidas pela universidade.

Para o embasamento teórico deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com intuito de identificar as melhores diretrizes para desenvolver as políticas de criação e gestão de repositórios, um levantamento dos fundamentos para implantação com o objetivo de identificar os instrumentos jurídicos disponíveis aos programas e à própria CAPES para divulgação da produção científica, por meio da implementação do Repositório Institucional e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações na UFT, sem que com isso, incorram essas instituições em qualquer ilegalidade, afastando assim a sua possível responsabilização, civil ou penal, ao qual estaria sujeita solidariamente com os coordenadores, pelo ato de divulgação digital não autorizada de material autoral. Assim como traçar minimamente uma sequência de atividades e instrumentos institucionais que possam dar suporte a implementação na Universidade Federal do Tocantins, e também analisar as experiências de outras instituições para posterior implantação de um repositório na UFT.

O REPOSITÓRIO DA UFT (RIUFT): O INÍCIO DE UMA JORNADA

A implantação do Repositório na UFT se deu mediante a adesão ao edital do Ibict, publicado em 2008. A primeira etapa do planejamento de implantação começou a ser desenvolvido em 2011, por iniciativa da Pró-Reitoria de graduação que solicitou ao Sistema de Biblioteca um estudo sobre legislação e fundamentação jurídica e Lei de Direitos Autorais. Após estes documentos ocorreram várias reuniões de trabalho entre Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPESQ, Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI e Sistema de Biblioteca onde foi instrumentalizado o processo que foi encaminhando a Procuradoria para emissão de parecer sobre legislação vigente, e normatização dos termos de concessão dos direitos autorais, orientação da elaboração, divulgação e implantação da estrutura de uso do RIUFT.

Em 16 de março de 2011 foi aprovada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão a Resolução de nº 05/2011, que cria e regulamenta o Repositório Institucional e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Tocantins (RIUFT e BDTD), onde foram estabelecidas as diretrizes da estrutura de gestão e acesso a informação da UFT, quais os objetos digitais poderão ser submetidos (material sensível), os termos de autorização para disponibilização no RIUFT/BDTD (teses e dissertações, TCC de graduação e TCC de pós graduação *latu sensu*, capítulos de livros, artigos de periódicos), as competências dos envolvidos (PROGRAD, PROPESQ, DTI e SISBIB).

Foi estabelecido que o Sistema de Bibliotecas ficasse responsável pela operacionalização e gestão do repositório, fluxos do material digital dos programas, submissão das teses e dissertações. Posteriormente foi realizado estudo de arquitetura do sistema onde ficou estabelecido que a organização da produção acadêmica da Universidade ocorreria por fonte produtora e área do conhecimento, comunidades e coleções. Foi elaborado também, o plano de trabalho para implantação do RIUFT/BDTD contendo: missão, objetivos, justificativa, metodologia/ações para implantação, equipe, equipamentos, cronograma e avaliação do processo, para apresentação à gestão superior.

Neste período foram elaborados outros instrumentos como: estrutura de uso do repositório no modelo de carta de serviço da lei de acesso a informação, folder de divulgação e foi disponibilizada a primeira versão do site do repositório.

Na segunda fase do planejamento e implementação ocorreu com a composição da equipe do sistema de bibliotecas composta por 1 bibliotecários, 1 técnico em informática e 1 assistente em administração, 1 estagiário e 1 tecnóloga de gestão pública. A instituição deverá usar o kit tecnológico disponibilizado pelo Ibict, composto por 1 servidor pré-formatado e configurado com o sistema operacional baseado na plataforma Unix/Linux, com os softwares Apache, MySQL, PHP, Dspace e SEER recebido em 2008. A implantação, a manutenção e o gerenciamento ficam a cargo do Sistema de Biblioteca da UFT.

Atualmente estamos implantando a Biblioteca Digital de Monografias de graduação e especialização, aprovada pelo Conselho Superior da Universidade no final de 2018, assim como algumas outras comunidade que visam dar visibilidade a produção dos curso de graduação e pós-graduação da Instituição.

De acordo com o Diagnóstico da Pesquisa e da Pós-graduação na Universidade, a UFT conta atualmente com 34 cursos de Pós-graduação entre mestrado e doutorado, 123 grupos de pesquisa que atuam em mais de 200 linhas, desenvolvendo mais de 660 projetos de pesquisa. A UFT Possui 18 professores como bolsista produtividade do CNPq, sendo 16 em produtividade e 02 em produtividade desenvolvimento tecnológico e extensão inovação e aproximadamente 60 bolsistas do Programa Institucional de Produtividade em Pesquisa (PIPESQ/UFT), os bolsistas de Produtividade em Pesquisa/UFT estão distribuídos nas áreas do conhecimento da seguinte forma: Agrárias 14, Bio/Saúde 12, Engenharia/Exatas 05, Humanas 07. Foram produzidos 597 artigos/docente/ano em média entre os anos de 2008 a 2015. Ainda considerando todo o corpo docente, foram obtidas 8.230 publicações/ano entre 2008 a 2015, conforme o mesmo diagnóstico quando consideradas também outras produções bibliográficas. (RELATÓRIO PROPESQ, 2015)

Em atendimento ao edital do Ibict de 2008, a partir de informações fornecidas pela universidade, foi realizado um levantamento dos dados referentes a sua produção científica dos últimos dez anos entre dissertações e teses, artigos, a quantidade de revistas e de livros publicados, a relação de cursos de pós-graduação, o levantamento

de bolsistas produtividade e a proposta de cronograma de implantação do projeto piloto.

A partir dessas informações, foi identificada a amostra que será depositaria do RIUFT:

Tipos de documentos da produção científica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Livros	-	38	46	62	62	70	65	100
Capítulo de livros	-	133	141	169	243	220	220	294
Artigos de Periódicos	-	354	466	521	635	655	732	687
T r a b a l h o completo em Anais	-	278	297	373	389	260	371	349
Teses dos programas de pós-graduação	-	-	-	-	-	3	8	11
Dissertações dos programas de pós-graduação	5	22	18	41	32	53	69	93
T O T A L	5	825	968	1166	1631	1261	1465	1534

Tabela-- 1 Levantamento da produção científica da UFT 2006/2014Fonte: Diagnósticos PROPESQ 2013 e 2014-2014, Teses e Dissertações levantamento junto aos programas até 2015 (LEITE, 2016).

Além disso, foi encaminhado um termo de compromisso institucional assinado pelo reitor, no qual a universidade se propõe: a) promover e viabilizar as ações necessárias para a implantação do repositório compatível com o modelo de interoperabilidade Open Archives; b) estabelecer uma política institucional de informação visando garantir a alimentação do repositório; c) constituir e manter uma equipe composta por bibliotecário, assistente em administração, técnicos de informação e informática entre outros que se responsabilizará pela implantação e operacionalização do repositório; d) manter conexão permanente, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação, com a Internet para garantir o acesso ao repositório, a fim de possibilitar a coleta automática periódica de metadados a ser realizada pelo Ibict.

A partir da Resolução nº 05 de 2011, foi elaborada a Política Institucional de Informação do RIUFT em que consta a política de conteúdo, a política de submissão/depósito, a política de acesso à informação, a política de preservação digital. Nela são abordados os critérios de disponibilização e elaboração das linhas

de trabalho para sensibilização e divulgação do projeto à comunidade científica.

A proposta do plano de trabalho apresentado a gestão enfatiza que a criação do repositório deve ser institucional, ou seja, deve ser da instituição como um todo. Mas a metodologia de implantação pode ser gradual, de acordo com o tipo de material, desde que haja a garantia de que ao longo do tempo todos os pesquisadores da instituição estarão depositando os seus resultados de pesquisa. Na UFT, a implantação do RI será gradual, começando pelos Programas de Pós-graduação da Universidade, com a criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e posteriormente nos outros ecores.

Após a implantação do Repositório Institucional da UFT, previsto para 2012 mas que se efetivou implementação em 2015, todos os pesquisadores da instituição deverão depositar sua produção científica, conforme política de depósito obrigatório. Quanto aos artigos científicos e trabalhos de eventos, esses pesquisadores deverão entregar seus arquivos às Bibliotecas da UFT para serem inseridos no repositório.

Para assegurar a sustentabilidade do projeto do Repositório da UFT, ele conta com o apoio da alta administração da universidade, pois os objetivos do repositório institucional estão alinhados ao PDI/2016-2020 e com o planejamento acadêmico institucional.

Com a implantação do RIUFT, já vislumbramos os seguintes resultados que começam a frutificar nos acessos:

- a) Disponibilização à comunidade universitária um espaço para armazenar e preservar a informação produzida na UFT e divulgando suas pesquisas científicas;
- b) Preservação da produção científica, acadêmica e corporativa da instituição possibilitando garantir sua memória histórica e artística;
- c) Contribuição de indicadores de acesso e abrangência sobre a produção científico da universidade;
- d) Incentivo da cultura do acesso livre, preservando os direitos do autor e reduzindo a possibilidade de plágio, a partir da disseminação ampla favorecendo o registro de autoria;
- e) Agregação de mecanismos que auxiliem no gerenciamento dos

direitos de propriedade intelectual da instituição;

f) Maior transparência e a governança na administração dos recursos alocados à pesquisa científica, visando demonstração dos investimentos públicos com a ciência.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir das respostas às demandas da sociedade em rede e seu ambiente digital e aos problemas relacionados ao acesso e disseminação da produção acadêmica e das pesquisas científicas das instituições, os repositórios institucionais são atualmente as principais ferramentas estratégicas para que as universidades e as bibliotecas universitárias promovam a visibilidade e o acesso à produção científica.

A partir do trabalho de conclusão do mestrado profissional em Administração Pública, será possível articular diferentes instâncias, pessoas e especialistas na UFT, em prol do objetivo do projeto que é disponibilizar a produção científica e acadêmica da UFT, a nível nacional e internacional, com acesso livre para toda comunidade.

Até o momento, foi possível cumprir a etapa de planejamento e com a implantação do RIUFT e BDTD, a UFT estará inserida no movimento do acesso livre, proporcionando visibilidade as suas publicações e transparências dos investimentos em suas pesquisas.

É importante ressaltar que a documentação desse processo de implantação como registro histórico institucional e aprendizado de outras instituições, principalmente da região Norte, que estejam trilhando o mesmo caminho para implantação de seus repositórios e posteriormente o consorcio de repositórios da região norte das instituições de pesquisas que assinaram a Carta de Belém, documentos oriundo do 1º Encontro de Repositórios Institucionais da Região Norte, que foi uma das estratégias encontradas para a operacionalização do acesso aberto à informação científica é o depósito da produção científica publicada em repositórios institucionais de acesso aberto, que promovem a gestão e a ampla disseminação da literatura científica na Região Norte.

Considerando a relevância do conhecimento científico produzido na

Amazônia brasileira, para o país e para o mundo, é imperativo que as universidades, institutos de pesquisa e institutos federais da Região Norte se comprometam a: criar, por meio de suas bibliotecas, repositórios institucionais observando os pressupostos do acesso aberto à informação científica publicada; instituir que os pesquisadores depositem cópias digitais das suas publicações científicas nos seus repositórios institucionais; estabelecer a política de informação e dos repositórios institucionais; divulgar no portal da instituição o link para o Repositório Institucional; instituir diretrizes para a criação do consórcio de Repositórios da Região Norte.

Os Repositórios Institucionais proporcionam benefícios, especialmente à comunidade científica, desde o processo da comunicação do conhecimento, como a maior visibilidade do avanço da ciência e transparência dos investimentos, até ao desenvolvimento social e do interesse público. Fatos estes que constituíram as iniciativas dos profissionais da informação reunidos na Universidade Federal do Pará, Belém, no dia 24 de abril de 2014, a estabeleceram por meio desta Carta de Belém a intenção de criação da Rede Norte de Repositórios Institucionais. E, sua consolidação ocorreu em abril de 2018, no XX Seminário de Bibliotecas Universitárias, em Salvador, onde foi discutido e aprovado o regimento da Rede Norte de Repositórios Institucionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Ministério da Educação. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – CAPES Brasília, DF, 15 fev. 2006. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf. Acesso em: 15 mar. 2010.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
]COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202.

GIDDENS, A. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

JOHNSON, R. K. Partnering with faculty to enhance scholarly communication. D-Lib Magazine, [S.l.], v. 8, n. 11, Nov. 2002. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/november02/johnson/11johnson.html>. Acesso em: 3 abr. 2013.

KURAMOTO, H. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, M. J.; ROSA, F. (Org.). Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 61-70.

LEITE, Fernando César Lima, COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. *Perspectiva em Ciência da Informação*. Belo Horizonte. v. 11, n.2, p. 206-219. maio/ago. 2006.

LEITE, F. C. L. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LEITE, Joselma Rodrigues de Sousa. Diagnóstico da efetividade do programa de bolsas Demanda Social na pós-graduação da UFT (pesquisa realizada no segundo semestre do ano de 2015). In: LEITE, Joselma Rodrigues de Sousa. Avaliação da efetividade do programa Demanda Social da CAPES na pós-graduação da UFT. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (Gespól), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the. *Digital Age*, Washington, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

MACIAS-CHAPULA, C. O papel da infometria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/794/825>>. Acesso em: 5 maio 2016.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MEADOWS, A. J. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268p.

MEDEIROS, Simone Assis. Políticas públicas de acesso aberto à produção científica: o caso do Repositorio Institucional da Universidade Federal de Lavras. 2013. 258f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2013.

MEDEIROS, Simone Assis et al. A gestão do conhecimento na sociedade da informação: repositório institucional da Universidade Federal de Lavras. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/302/1/EVENTO_Gest%C3%A3o%20do%20conhecimento%20na%20sociedade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20reposit%C3%B3rio%20institucional%20da%20Universidade%20Federal%20de%20Lavras.pdf>. Acesso em: 20 abr.2016

ROLLEMBERG, R. Projeto de lei. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/93063.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

ROSA, F.; MEIRELLES, R. F.; PALACIOS, M. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2011.

SANTOS, B. de S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, A. M. F. Sociedade da informação. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2007. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2007011.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) N° 05/2011. Dispõe sobre a criação e regulamentação do Repositório (RI/UFT) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Tocantins (BDTD/UFT). Palmas, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) N° 11/2010. Dispõe sobre o Plano Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – 2011-2015. Palmas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UFT. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UFT. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Diagnóstico da pesquisa e da pós-graduação na Universidade Federal do Tocantins-2013. Palmas: UFT/EDUFT,2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UFT. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Diagnóstico da pesquisa e da pós-graduação na Universidade Federal do Tocantins: 2013-2014. Palmas: UFT,2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UFT. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Diretoria de Pesquisa. Relatório de atividades Diretoria de Pesquisa. Palmas: UFT, 2015.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.